

DAIMLER TRUCK FINANCIAL SERVICES BRASIL HOLDING S.A.

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas acompanhadas das Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Base para consolidação

As entidades consideradas na consolidação das demonstrações financeiras (Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A., Daimler Truck Locações e Serviços Ltda. e Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda.) são constituídas e domiciliadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A sede da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. está localizada na Avenida Alfred Jurzykowski, 562 - 2º andar, na cidade de São Bernardo do Campo. A Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista e tem investimentos nas seguintes empresas e é Controladora de:

Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. - organizado e autorizado a operar como Banco Múltiplo com as seguintes carteiras: (i) Arrendamento Mercantil; (ii) Crédito, Financiamento e Investimento; e, (iii) Investimento, inclusive sujeito às normas e controles do Banco Central do Brasil.

Daimler Truck Locações e Serviços Ltda. - objeto social principal a locação de automóveis, além das atividades secundárias de locação de outros meios de transporte, intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, com exceção de imobiliários, e atividades de apoio e prestação de serviços administrativos às empresas.

Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda. - objeto social principal a prática de corretagem de operações de seguros. As atividades operacionais da Corretora estão

inseridas no contexto dos negócios do Banco Mercedes-Benz e Mercedes-Benz Leasing do Brasil.

Remuneração aos acionistas

Conforme estatuto social da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A., é assegurado aos acionistas o direito a um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido ajustado a ser pago anualmente. Não houve distribuição de dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas, aos clientes e à rede de concessionários pela confiança e credibilidade. Em especial, agradecemos aos nossos funcionários e colaboradores pela dedicação e empenho diário para o bom funcionamento das nossas operações, possibilitando o desenvolvimento de nossos produtos e serviços.

São Bernardo do Campo, 29 de abril de 2025

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Ativo	Nota	Individuais		Consolidadas		Passivo	Nota	Individuais		Consolidadas	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023		
		Ativo Circulante		3.286	3.827			10.806.558	9.598.180	Passivo Circulante	1.702
Caixa e equivalentes de caixa	11	22	191	43.465	398.783	Passivos financeiros	-	-	8.930.774	9.988.138	
Disponibilidades		22	191	21.055	187.612	Ao custo amortizado			8.930.774	9.963.688	
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	-	22.410	211.171	Depósitos	19	-	3.996.305	4.242.444	
Ativos financeiros		1.984	1.889	10.359.703	8.857.542	Obrigações por empréstimos e repasses	20	-	2.521.655	2.068.772	
Ao custo amortizado	14	-	-	10.240.676	8.842.639	Títulos de dívidas emitidos	21	-	2.412.814	3.652.472	
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro		-	-	10.495.654	9.114.704	Instrumentos financeiros derivativos	13	-	-	24.450	
(-) Provisão para perda esperada		-	-	(254.978)	(272.065)	Obrigações fiscais	24	42	617	194.596	
Instrumentos financeiros derivativos	13	-	-	118.243	14.136	Imposto de renda e contribuição social - correntes	23	1.660	1.686	305.232	
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	12	1.984	1.889	784	767	Outros passivos		1.847	1.788	8.695.309	
Títulos e valores mobiliários		1.984	1.889	784	767	Passivo não Circulante					
Ativos fiscais	24	1.280	1.747	76.504	66.306	Passivos financeiros					
Imposto de renda e contribuição social - correntes		1.280	1.747	76.504	66.306	Ao custo amortizado			8.211.406	7.411.815	
Outros ativos	18			326.886	275.549	Depósitos	19	-	1.843.736	3.108.670	
Ativo Não Circulante		2.822.138	2.545.440	10.141.228	11.032.411	Obrigações por empréstimos e repasses	20	-	4.534.788	4.303.145	
Ativos financeiros				9.154.773	10.093.810	Títulos de dívidas emitidos	21	-	1.832.882	-	
Ao custo amortizado	14	-	-	8.864.671	9.858.635	Instrumentos financeiros derivativos	13	-	-	20.399	
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro		-	-	9.085.389	10.161.959	Provisões	22	1.847	1.788	301.789	
(-) Provisão para perda esperada		-	-	(220.718)	(303.324)	Obrigações fiscais	24	-	-	53.194	
Instrumentos financeiros derivativos	13	-	-	30.909	1.711	Imposto de renda e contribuição social - diferido	23	-	-	53.194	
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	12	-	-	259.193	233.464	Outros passivos					
Títulos e valores mobiliários		-	-	259.193	233.464	Total do Passivo					
Ativos fiscais	24	1.080	1.631	669.696	632.498	Patrimônio líquido atribuído aos controladores	25	2.821.875	2.545.176	2.821.875	
Imposto de renda e contribuição social - diferido		1.080	1.631	669.696	632.498	Capital social		1.353.742	1.353.742	1.353.742	
Investimentos em controladas	15	2.815.717	2.538.529	488	488	Reservas		1.403.119	1.230.975	1.403.119	
Ativos tangíveis	16	-	-	19.843	17.086	Ajustes de avaliação patrimonial		65.014	(39.541)	65.014	
Ativos intangíveis	17	-	-	4.859	1.703	Total do Patrimônio Líquido		2.821.875	2.545.176	2.821.875	
Outros ativos	18	5.341	5.280	291.569	286.826	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		2.825.424	2.549.267	20.947.786	
Total do Ativo		2.825.424	2.549.267	20.947.786	20.630.591			2.825.424	2.549.267	20.947.786	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Nota	Individuais		Consolidadas	
		2024	2023	2024	2023
		Receita de juros calculada pelo método de juros efetivos			
Outras receitas de juros		210	1.976	49.120	66.551
Despesas com juros e similares		-	-	(1.936.405)	(2.084.993)
Resultado Líquido de Juros e Similares		210	1.976	813.067	669.001
Resultado líquido de comissões				37.285	36.875
Receita líquida de comissões		-	-	39.789	41.013
Despesa com comissões		-	-	(2.504)	(4.138)
Resultado Bruto de Intermediação Financeira	5	210	1.976	850.352	705.876
Outras Receitas/Despesas Operacionais		172.525	155.672	(563.571)	(442.130)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	6	-	-	(176.360)	(24.974)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros		-	-	54.965	(51.874)
Resultado de participação em controladas	15	172.632	156.187	-	-
Despesas de pessoal	7	-	-	(107.845)	(106.764)
Despesas gerais e administrativas	8	(191)	(219)	(185.064)	(172.318)
Outras receitas/(despesas) operacionais		84	(296)	(149.267)	(86.200)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		172.735	157.648	286.781	263.746
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(40)	(603)	(184.934)	(150.395)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(552)	140	70.296	43.834
Lucro Líquido do Exercício		172.143	157.185	172.143	157.185
Quantidade de Ações		374.585	374.585	374.585	374.585
Lucro Líquido por Ação:		459,56	419,62	459,56	419,62

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Nota	Individuais		Consolidadas	
		2024	2023	2024	2023
		Lucro líquido do exercício		172.143	157.185
Outros resultados abrangentes		104.555	(55.699)	104.555	(55.699)
Itens que serão reclassificados para resultado		104.555	(55.699)	104.555	(55.699)
Ajustes de avaliação patrimonial		104.555	(55.699)	190.100	(101.271)
Outros resultados abrangentes de controladas		104.555	(55.699)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	190.125	(101.407)
Títulos e valores mobiliários		-	-	(25)	136
Efeito fiscal		-	-	(85.545)	45.572
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	(85.556)	45.633
Títulos e valores mobiliários		-	-	11	(61)
Resultado abrangente do exercício		276.698	101.486	276.698	101.486

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Resultados acumulados não apropriados	Total
			Legal	Especial			
			Saldos em 1º de janeiro de 2023	1.353.742			
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(55.699)	(55.699)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	157.185	
Destinações:							
Reserva legal	-	-	7.859	-	-	(7.859)	
Reserva especial	-	-	-	149.326	-	(149.326)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.353.742	15.214	70.333	1.145.428	(39.541)	2.545.176	
Mutações do período							
Saldos em 1º de janeiro de 2024	1.353.742	15.214	70.333	1.145.428	(39.541)	2.545.176	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	104.555	104.555	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	172.143	
Destinações:							
Reserva legal	-	-	8.607	-	-	(8.607)	
Reserva especial	-	-	-	163.536	-	(163.536)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.353.742	15.214	78.940	1.308.964	65.014	2.821.874	
Mutações do período			8.607	163.536	104.555	276.698	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. ("DTFS Brasil") tem por objetivo social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista. A empresa é sediada na cidade de São Bernardo do Campo - SP na Avenida Alfred Jurzykowski, nº 562, Prédio 20, 2º andar. Sua controladora final é a Daimler Truck AG, situada em Stuttgart - Baden-Württemberg na Alemanha.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**a. Base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da DTFS Brasil, ou Conglomerado, compostas pelas empresas descritas no item c. desse capítulo, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas, a DTFS Brasil utilizou as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4.

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram autorizadas para emissão conforme aprovação da Administração em 25 de abril de 2025.

b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$). Exceto quando indicado, as informações financeiras expressas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

c. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as posições patrimoniais e financeiras e os resultados das companhias:

Controlada	Denominação	Participação		Obs.
		2024/2023		
Controlada Direta	Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.	100%		Autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil
	Daimler Truck Locações e Serviços Ltda.	100%		Empresa não financeira
	Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda.	100%		Empresa não financeira
Controlada Indireta	Mercedes-Benz Leasing do Brasil			
	Arrendamento Mercantil S.A.	100%		Autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil

A elaboração das demonstrações financeiras das entidades consolidadas da DTFS Brasil é feita para o mesmo exercício social utilizando-se práticas contábeis consistentes.

A consolidação é integral, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades consolidadas foram eliminadas.

Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.

O Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. ("Banco"), está organizado e autorizado a operar como Banco Múltiplo com as seguintes carteiras: (i) Arrendamento Mercantil; (ii) Crédito, Financiamento e Investimento; e, (iii) Investimento, inclusive sujeito às normas e controles do Banco Central do Brasil.

Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A.

A Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. ("Leasing"), é uma sociedade por ações de acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, que tem por objetivo principal efetuar operações de arrendamento definidas pela Legislação em vigor, inclusive sujeito às normas e controles do Banco Central do Brasil.

Daimler Truck Locações e Serviços Ltda.

A Daimler Truck Locações e Serviços ("Rental") tem como objeto social principal a locação de automóveis sem condutor, além das atividades secundárias de locação de outros meios de transporte sem condutor, intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, com exceção de imobiliários, e atividades de apoio e prestação de serviços administrativos às empresas.

Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda.

A Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda. ("Corretora") tem como objeto social principal a prática de corretagem de operações de seguros. As atividades operacionais da Corretora estão inseridas no contexto dos negócios do Banco Mercedes-Benz e Mercedes-Benz Leasing do Brasil.

As entidades consideradas na consolidação das demonstrações financeiras são constituídas e domiciliadas no Brasil. A sede da DTFS Brasil está localizada na Avenida Alfred Jurzykowski, nº 562, na cidade de São Bernardo do Campo, Brasil.

A posição de investimentos em controladas pode ser verificada na nota explicativa nº 15.

3. USOS DE PREMISSAS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

DAIMLER TRUCK FINANCIAL SERVICES BRASIL HOLDING S.A.

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

a. Provisão para perda de crédito esperada de ativos financeiros

As exigências de *impairment* requerem um modelo de perda de crédito esperada considerando premissas, tais como:

Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: A partir do acompanhamento de indicadores de risco de crédito, do monitoramento contínuo da situação financeira das contrapartes e de informações públicas consegue-se determinar se houve acréscimo ou decréscimo significativo no risco de crédito. Prazo: Considera-se o prazo máximo de contrato como tempo de exposição ao risco de crédito quando há uma data de vencimento definida, caso contrário estima-se a vida esperada do ativo financeiro conforme período de exposição ao risco de crédito. Informações prospectivas: Utilização de informações de caráter *forward looking*, como expectativas macroeconômicas, para refletir os impactos de eventos futuros na perda esperada.

Cenários de perda ponderados pela probabilidade: Utilização de cenários macroeconômicos imparciais e ponderados para estimar a perda esperada em um horizonte de tempo adequado.

A política contábil em relação a perdas pela redução no valor recuperável dos empréstimos e recebíveis está descrita na nota explicativa nº 4.

A nota explicativa nº 14 detalha a movimentação da provisão para perda de crédito esperada no exercício.

b. Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros

São aplicadas técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de não estão disponíveis. Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na nota explicativa nº 4.

c. Ativo e passivo fiscal diferido

A política contábil da DTFS Brasil para o reconhecimento do ativo fiscal diferido e do passivo fiscal diferido está descrita na nota explicativa nº 4. Um ativo fiscal diferido é reconhecido quando for provável auferir lucros tributáveis futuros para compensação com as diferenças temporárias dedutíveis. O reconhecimento de um ativo fiscal diferido depende de julgamentos da Administração em relação à probabilidade e à suficiência de lucros tributáveis futuros, reversões futuras de diferenças temporárias tributáveis existentes e estratégias de planejamento fiscal.

O montante do ativo fiscal diferido reconhecido é baseado nas evidências disponíveis sobre as condições na data do balanço e exige que a Administração realize julgamentos significativos, principalmente aqueles com base nas estimativas da Administração para o crescimento dos negócios e perdas de crédito. O julgamento da Administração leva em conta o impacto de evidências negativas e positivas, incluindo os resultados financeiros passados e projeções de lucro tributável futuro.

Os passivos fiscais diferidos são compostos por obrigações fiscais e reconhecidos no momento de sua ocorrência. A nota explicativa nº 24 apresenta informações mais detalhadas sobre os impostos diferidos.

d. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros mantidos para a venda
A entidade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

e. Provisões para ações judiciais

A política contábil da DTFS Brasil para reconhecimento das provisões para ações judiciais está descrita na nota explicativa nº 4.

4. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a. Conversão de moeda estrangeira

Transações e saldos em moeda estrangeira - As transações originalmente denominadas ou a serem liquidadas em moeda estrangeira são convertidas na moeda funcional usando as taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira pela taxa de câmbio na data do balanço são reconhecidos no resultado.

b. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Disponibilidades e pelas Aplicações em Depósitos Interfinanceiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

c. Instrumentos financeiros derivativos - IFD

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de *swap* devem ser avaliados pelos seus valores de mercado contabilizando os ganhos e as perdas não realizados no resultado do período. Os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa "*pro rata die*" até a data do balanço.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de *spread* de crédito).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações nas taxas de juros de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e estão classificados, de acordo com a sua natureza, na categoria de *hedge* de fluxo de caixa. Nesta categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado.

Para estas operações os instrumentos financeiros derivativos são ajustados ao valor de mercado, sendo que a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", destacada do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os itens objeto que forem descontinuados da relação de *hedge* de fluxo de caixa e permanecem registrados no balanço, a reserva acumulada no patrimônio líquido será reconhecida de forma linear no resultado pelo período a decorrer da operação.

d. Ativos e Passivos Financeiros

(i) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

O Conglomerado classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo Amortizado;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- Valor Justo por meio do Resultado.

(ii) Provisão para Perda de Crédito Esperada

A perda de crédito esperada é mensurada através do cálculo do valor presente de todos os déficits esperados ao longo da vida de um instrumento financeiro. O déficit aqui utilizado é relacionado à diferença entre os valores de fluxo de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera receber. Uma vez que a perda de crédito esperada considera tanto o montante pago como o momento do pagamento, a perda de crédito esperada ocorre mesmo se o Banco e a *Leasing* esperam ser pagos integralmente, mas com atrasos com relação ao prazo contratualmente acordado.

A perda de crédito esperada é descontada à taxa original efetiva do instrumento financeiro com exceção dos instrumentos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito, os quais são descontados à uma taxa de juros efetiva ajustada determinada em seu reconhecimento inicial.

A mensuração da perda de crédito esperada e dos déficits de fluxo de caixa esperados também levam em consideração os valores de garantias dos ativos financeiros e qualquer outro fator/cláusula adicional ao crédito que fazem parte dos termos contratuais. Assim, são incluídos no cálculo de perda esperada os valores de fluxo de caixas referentes à monetização das garantias estabelecidas, tal como os custos de sua obtenção e seus valores de venda.

O Banco e a *Leasing*, portanto, calculam a perda esperada através da média ponderada das perdas de crédito esperadas por toda a vida do ativo financeiro com seus respectivos riscos de *default* utilizados como peso para a ponderação.

Para refletir os riscos de *default*, são utilizados dois índices principais com diferentes metodologias e projeções internas: a probabilidade da perda e a severidade de perda. Ambos os índices são construídos através de informações prospectivas e públicas sobre os ativos financeiros tal como o comportamento histórico de migração de contratos entre as diferentes faixas de inadimplência e suas respectivas perdas, recuperação histórica e esperada das possíveis perdas, garantias, determinação de critérios para aumento ou redução significativa de risco de crédito, cenários macroeconômicos e qualquer outra informação relevante para determinação da perda esperada.

O impacto macroeconômico ainda possui um fator de escala utilizado pelo Banco e pela *Leasing* na mensuração da perda esperada denominado *Future Expectation* (FE). O fator de ajuste é determinado através da observação dos dados macroeconômicos existentes e suas projeções a fim de refletir as condições atuais e informações de crédito em relação a eventos futuros. Tal fator é revisado pela Administração em períodos trimestrais.

A partir de sua mensuração, o modelo de perda esperada demanda a classificação do ativo financeiro em três estágios, os quais são definidos da seguinte maneira:
Estágio 1: Nenhuma deterioração significativa da qualidade de crédito desde a data inicial de reconhecimento (aplicação de perda de crédito esperada de 12 meses).
Estágio 2: Deterioração significativa da qualidade de crédito desde a data inicial de reconhecimento (aplicação de perda de crédito esperada ao longo da vida da operação).
Estágio 3: Evidência objetiva de prejuízo, ou seja, ativos com problemas de recuperação (aplicação de perda de crédito esperada ao longo da vida da operação). Clientes específicos de alçadas de crédito mais elevadas considerados problemáticos são diretamente classificados nesse estágio.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1.

Aumento significativo no risco de crédito: O Banco e a *Leasing* avaliam diversos fatores e premissas para determinar se existe um aumento significativo no risco de crédito, tal como deterioração do fluxo de caixa do cliente, aumento da inadimplência, atrasos recorrentes, contraparte, reestruturações de crédito, etc. Além de fatores subjetivos, o Banco e a *Leasing* adotam como premissas mínimas e objetivas para classificação e transição entre os estágios:

Estágio 1: Inclui todos os contratos sem deterioração significativa da qualidade de crédito, ou seja, novos ativos financeiros ou ativos que possuam menos de 31 dias de atraso. Dessa forma, todos os ativos financeiros são inicialmente alocados nesse estágio.

Estágio 1 para Estágio 2: Ativos financeiros que demonstrem deterioração significativa de sua qualidade de crédito são alocados no Estágio 2. A deterioração significativa de crédito é definida como:

- Atrasos iguais ou superiores a 31 dias;
- Aumento significativo no risco de *default* (probabilidade de perda esperada);
- Aumento significativo das taxas de perda.

Estágio 2 para Estágio 3: Ativos financeiros com evidência objetiva de prejuízo/dificuldade de recuperação devem ser alocados no Estágio 3. A evidência objetiva de prejuízo de um ativo financeiro e de sua dificuldade de recuperação é definida como:

- Significativa dificuldade financeira do emitente ou mutuário;
- Violação de cláusulas ou termos de contrato;
- Violação dos termos de garantia acordados por parte dos avaliadas;
- Probabilidade crescente de falência ou outra reorganização financeira por parte do mutuário;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras;
- Compra ou origem de um ativo financeiro com desconto significativo que reflita em perdas de crédito incorridas;
- Atrasos iguais ou superiores a 91 dias ou 61 dias para clientes/operações individualmente relevantes;
- Operações de crédito reestruturadas.

A mensuração das perdas no valor recuperável dos ativos deve ser realizada de modo a segregar as operações/clientes individualmente relevantes e aquelas individualmente não relevantes que possuam similaridades de modo a serem avaliadas coletivamente. A revisão dos ativos financeiros individualmente relevantes é realizada mensalmente pela Administração, ou mais frequentemente quando circunstâncias individuais assim o exigirem. Provisões para redução ao valor recuperável sobre contas individualmente avaliadas são determinadas através de uma avaliação caso a caso das perdas nos fluxos de caixa originalmente esperados em comparação ao novo fluxo de caixa da operação esperado na data do balanço. Esta avaliação considera as garantias (incluindo as prováveis despesas decorrentes de todo processo até a execução das garantias) e os recebimentos.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros
Quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e uma intenção de realizá-los numa base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente os ativos e passivos financeiros são compensados e é apresentado no balanço patrimonial o valor líquido. Não houve compensação de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(iv) Operações de crédito renegociadas

A Administração considera como eventos de renegociação, qualquer alteração contratual (prazo, fluxo, desconto, etc.) ocasionada devido a uma dificuldade de pagamento por parte do cliente, sendo estes eventos indicativos de perda no valor recuperável dos ativos. A partir destes eventos as operações são classificadas como Estágio 3 e, nos fluxos financeiros esperados, passam a ser considerados eventuais custos legais e do processo de recuperação. Embora os mesmos não sejam considerados como vencidos, sua provisão é calculada com base na comparação do fluxo financeiro originalmente pretendido e o novo fluxo financeiro afetado pelo evento de perda identificado e considerando todas as garantias.

(v) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais do recebimento dos fluxos de caixa provenientes desses ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios.

A totalidade ou a parte de um ativo financeiro, é baixada contra a respectiva perda de crédito esperada quando não há expectativa razoável de recuperação. Esses créditos são baixados após a finalização de todos os procedimentos necessários de recuperação para a determinação do valor da perda. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na demonstração do resultado. O Conglomerado Financeiro Mercedes-Benz avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar seu envolvimento contínuo ou ativo.

(vi) Classificação e mensuração de passivos financeiros

Depósitos de instituições financeiras e de clientes, obrigações por empréstimos e repasses e títulos de dívidas emitidos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros, a qual desconta os pagamentos futuros estimados ao longo da existência do instrumento. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas e receitas incrementais associadas ao instrumento financeiro. As despesas de juros correspondentes destes instrumentos financeiros são incluídas na demonstração consolidada do resultado na rubrica de despesas com juros e similares.

e. Ativos tangíveis

Os itens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo, subtraindo-se a depreciação acumulada e eventuais perdas no valor recuperável. A depreciação é efetuada de modo a reconhecer o custo, menos o valor residual estimado de cada ativo. Ela é calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais:

Vida útil estimada	Taxa de depreciação anual
10 anos	10%
5 anos	20%

Móveis e equipamentos de uso/Sistemas de comunicação/Instalações/Equipamentos de processamento de dados/Sistemas de transporte

Os custos subsequentes são adicionados ao valor contábil do ativo ou reconhecidos como outro ativo, dependendo do caso, somente quando houver probabilidade de que serão gerados benefícios econômicos futuros associados ao ativo. São reconhecidos no resultado do período em que são incorridas todas as despesas relativas à manutenção e reparo.

Ao final de cada exercício os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso seja apropriado.

f. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são constituídos por aquisição de licença de direito de uso de *softwares* e cujas amortizações são efetuadas às taxas de 20% ao ano, que consideram o prazo de vida útil dos ativos.

Redução no valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, a empresa tem como prática a revisão quanto a eventos ou circunstâncias que indicam que o valor contábil de um ativo não financeiro pode ser irrecuperável. Essa revisão ocorre ao menos anualmente, mas caso ocorram eventos ou mudanças que indiquem uma possível perda de valor recuperável, este teste pode ser efetuado com maior frequência. Na existência de alguma indicação de perda, deve ser calculado o valor recuperável deste ativo.

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros deve ser reconhecida como perda quando o valor contábil do ativo for maior do que o valor recuperável. As perdas por *impairment* deverão ser registradas no resultado do período em que foram identificadas.

g. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para o imposto de renda e para a Contribuição Social é calculada com base na alíquota de 9% e considera a compensação de prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitadas a 30% do lucro real.

São reconhecidas as despesas de IRPJ e CSLL na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação registrada diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido. Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil nas demonstrações financeiras. O ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que for provável que haverá lucros tributários futuros para compensação com essas diferenças.

Os impostos correntes e diferidos (ativos e passivos) são reconhecidos como benefício ou despesa de imposto de renda na demonstração consolidada do resultado. Os créditos tributários de IRPJ e CSLL, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de CSLL e adições temporárias, são registrados na rubrica ativo fiscal diferido, e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica passivo fiscal diferido. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

h. Valor justo

Para mensuração do valor justo e critérios de hierarquia, a empresa utiliza premissas de acordo com cada tipo de instrumento financeiro e através de dados disponíveis no mercado. As informações detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 10.

i. Ativos não correntes mantidos para a venda

São classificados na categoria de ativos não correntes mantidos para a venda e reconhecidos na rubrica Outros Ativos no ativo circulante, os bens retomados por execução de garantias prestadas em operações de créditos não performadas cujo valor contábil venha a ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, ao invés do uso continuado.

Uma vez classificados nesta categoria, os ativos são mensurados ao menor dentre o valor contábil ou valor justo menos os custos para venda.

Estes ativos não são amortizados e estão sujeitos a "*impairment*". As perdas por "*impairment*" é reconhecida no resultado e podem ser revertidas.

j. Operações de arrendamento

É incluído na conta empréstimos e recebíveis o investimento líquido em arrendamentos financeiros; já as receitas brutas no prazo do arrendamento são reconhecidas de modo a gerar uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido. Os pagamentos a receber são apresentados na rubrica operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro. Os custos diretos de arrendamentos são incorporados ao valor do reconhecimento inicial do ativo.

O risco de valor residual ocorre devido à incerteza do valor de um ativo ao fim do prazo do contrato. Ao longo da vida do ativo, seu valor residual irá variar devido às incertezas do mercado futuro, a mudanças tecnológicas ou inovações em produtos e a condições econômicas em geral.

Os valores residuais são definidos no início do contrato de arrendamento com base nas expectativas da Administração de valores futuros. Durante o prazo do arrendamento, os valores residuais são revisados anualmente, de modo a identificar qualquer possível redução no valor recuperável. Qualquer redução no valor residual que resulte em uma redução no valor recuperável de um ativo é reconhecida imediatamente.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando for provável haver necessidade de recursos econômicos para liquidar uma obrigação legal atual ou construtiva, como resultado de eventos passados, e o valor da obrigação puder ser estimado de maneira confiável. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados conforme a seguir:

(i) ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

(ii) provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

(iii) passivos contingentes - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação;

(iv) obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal;

(v) depósitos judiciais - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes.

l. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto por capital social, reservas de capital e reservas de lucros. O capital social e as reservas estão detalhados na nota explicativa nº 25. O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os dividendos sobre ações são reconhecidos no momento em que são aprovados pela Assembleia Geral.

m. Receita e despesa líquida de juros e similares

São reconhecidas na demonstração individual e consolidada do resultado as receitas e despesas de juros e similares sobre ativos e passivos financeiros utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar receitas ou despesas de juros no respectivo período.

A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Conglomerado Financeiro Mercedes-Benz estima os fluxos de caixa, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuro. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e os outros prêmios ou descontos.

n. Receitas e despesas de taxas e comissões

A DTFS Brasil auferir receita de serviços e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Taxas auferidas com a prestação de serviços são apropriadas ao longo do mesmo período em que os serviços são prestados. O reconhecimento de receitas de serviços provindas de contratos com clientes é reconhecido pelo valor que reflita contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. O processo de reconhecimento de receitas ocorre de acordo com as seguintes etapas:

- Identificação do contrato e obrigações de desempenho;
- Determinação do preço da transação;
- Alocação do preço da transação; e
- Reconhecimento da receita.

Despesas com serviços prestados e comissões pagas são apropriadas ao longo do período em que os serviços são prestados.

Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas ou despesas provenientes das tarifas e comissões forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, passam a ser reconhecidas de forma diferida no resultado pelo fluxo e prazo do instrumento financeiro.

o. Resultado de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Na rubrica resultado de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são contabilizados os ganhos e perdas realizados e não realizados provenientes do ajuste do valor justo e o resultado relacionado à negociação de referidos ativos financeiros.

A baixa de passivos financeiros é feita quando há a extinção deles, quando é realizado o pagamento, seu cancelamento ou há a sua expiração.

p. Normas, alterações e interpretações de normas existentes

(i) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Alterações na IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Segregação entre Passivo circulante e Não Circulante - Esclarece quando considerar condições contratuais (*Covenants*) que possam afetar o direito incondicional de deferir a liquidação do passivo por, no mínimo, 12 meses após o período de relatório e inclui requisitos de divulgação para os passivos com *Covenants* classificados como não circulantes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024, com aplicação retrospectiva e não há impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

(ii) Normas emitidas recentemente e aplicáveis em períodos futuros

As normas a seguir entrarão em vigor em períodos após a data destas demonstrações financeiras e não foram adotados antecipadamente:

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtópicos e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros Divulgados: Publicado em maio de 2024, as alterações tratam, basicamente, dos seguintes temas: data de reconhecimento e baixa dos instrumentos financeiros e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração. Adicionalmente são aprimoradas as divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, com aplicação retrospectiva. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

5. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	Individuais		Consolidadas	
	2024	2023	2024	2023
Receita de juros calculada pelo método de juros efetivos	-	-	2.700.352	2.687.443
Empréstimos e recebíveis	-	-	2.700.352	2.687.443
Outras receitas de juros	210	1.976	49.120	66.551
Aplicações financeiras e interfinanceiras de liquidez	210	1.976	49.120	66.551
Despesas com juros e similares	-	-	(1.936.405)	(2.084.993)
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(794.310)	(810.934)
Despesas com depósitos	-	-	(709.623)	(1.020.405)
Despesas com letras financeiras subordinadas	-	-	(415.527)	(286.362)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	(16.945)	32.708
Resultado líquido de comissões	-	-	37.285	36.875
Receitas com comissões sobre venda de seguros	-	-	42.150	43.523
Despesa com comissões sobre venda de seguros	-	-	(2.504)	(4.138)
Impostos incidentes (ISS, PIS e COFINS)	-	-	(2.361)	(2.510)
Resultado bruto de intermediação financeira	210	1.976	850.352	705.876

6. RESULTADO COM PERDAS POR IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

	Consolidadas	
	2024	2023
(Constituição) de <i>impairment</i> sobre operações de liquidação duvidosa	(250.912)	(60.855)
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo (Nota 14e)	74.552	35.881
Total	(176.360)	(24.974)

</

DAIMLER TRUCK FINANCIAL SERVICES BRASIL HOLDING S.A.

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

9. OUTRAS RECEITAS/ (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Individuais		Consolidadas	
	2024	2023	2024	2023
Despesas tributárias	(20)	(219)	(41.745)	(37.323)
Despesa com provisões de contingências (Nota 22b)	(59)	(298)	(45.898)	(27.442)
Reversão com provisões de contingências (Nota 22b)	-	-	20.768	18.585
Prejuízo na venda de ativos não correntes mantidos para a venda¹	-	-	(99.595)	(63.207)
Risk sharing agreement	-	-	(11.255)	1.503
Atualizações de depósitos judiciais	60	72	11.421	13.175
Outras receitas operacionais	103	149	17.037	8.509
Total	84	(296)	(149.267)	(86.200)

¹ Refere-se ao resultado na venda de bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.

10. VALOR JUSTO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Determinação do valor justo e hierarquia do valor justo

O Conglomerado Financeiro Mercedes-Benz utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização nos quais todos os *inputs* significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os *inputs* significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

	2024		2023	
	Individuais	Consolidadas	Individuais	Consolidadas
Ativos	1.984	1.984	259.977	171.562
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	22.410
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.984	1.984	259.977	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	149.152

	2023		2022	
	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2
Ativos	1.889	1.889	234.231	227.018
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	211.171
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.889	1.889	234.231	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	15.847
Passivos	-	-	(44.849)	(44.849)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(44.849)

Não houve transferências de ativos ou passivos financeiros entre os níveis no período. As técnicas de valorização incorporam estimativas sobre as premissas que um participante de mercado utilizaria para valorizar os instrumentos.

b. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) ativos financeiros ao custo amortizado ou (b) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As metodologias adotadas para definição do valor de mercado visam atualizar os ativos, integrantes da carteira, por uma estimativa mais próxima possível dos valores praticados no mercado financeiro. O preço de mercado é obtido através de desconto de fluxos de amortizações e pagamentos de juros futuros com taxas e cotações divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

c. Ativos financeiros e passivos financeiros não mensurados a valor justo por meio do resultado

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Conglomerado.

	2024		2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
CONSOLIDADAS	19.581.043	18.615.148	19.276.663	19.214.658
Ativos financeiros	19.581.043	18.615.148	19.276.663	19.214.658
Ativos financeiros ao custo amortizado	19.581.043	18.615.148	19.276.663	19.214.658
Passivos financeiros	(17.142.180)	(17.142.180)	(17.375.503)	(17.375.503)
Depósitos	(5.840.041)	(5.840.041)	(7.351.114)	(7.351.114)
Obrigações por empréstimos e repasses	(7.056.443)	(7.056.443)	(6.371.917)	(6.371.917)
Títulos de dívidas emitidos	(4.245.696)	(4.245.696)	(3.652.472)	(3.652.472)
Total	2.438.863	1.472.968	1.901.160	1.839.155

Os montantes de valor justo apresentados no quadro acima representam as melhores estimativas do Conglomerado Financeiro Mercedes-Benz baseadas em uma série de metodologias e premissas.

Em geral, o valor contábil de instrumentos financeiros de curto prazo não contabilizados a valor justo, incluindo valores a pagar e/ou a receber gerados no curso normal do negócio, se aproximam do valor justo, considerando o período relativamente curto entre sua origem e expectativa de realização.

O valor justo da rubrica Empréstimos e recebíveis é apurado através do cálculo do valor presente do fluxo financeiro futuro da carteira de operações de crédito na data-base de fechamento. A taxa utilizada para o cálculo corresponde à taxa média contratada nas operações concedidas no mês de fechamento do exercício.

Para depósitos de instituições financeiras, de clientes e títulos de dívida emitidos, o valor justo dos recursos a taxas fixas com vencimentos preestabelecidos foi calculado mediante os fluxos de caixa descontados nas condições contratuais e às taxas de títulos prefixados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão na data base de balanço. Para os recursos a taxas variáveis, o valor justo foi considerado aproximadamente equivalente ao valor contábil.

Quanto a obrigações por empréstimos e repasses, os valores justos foram calculados mediante os fluxos de caixa descontados pelas taxas médias de *funding* do portfólio.

11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individuais		Consolidadas	
	2024	2023	2024	2023
Disponibilidades	22	191	21.055	187.612
Aplicações interfinanceiras de liquidez¹	-	-	22.410	211.171
Total	22	191	43.465	398.783

¹ Referem-se a ativos financeiros com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

12. ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

a. Composição de títulos e valores mobiliários por meio de outros resultados abrangentes

Título	Vencimento	Individuais		Consolidadas	
		2024	2023	2024	2023
Certificado de Depósito Bancário	Maior que 360 dias	1.984	1.889	-	-
	Até 90 dias	-	-	-	233.464
Letras Financeiras do Tesouro	Maior que 360 dias	-	-	259.193	-
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	Sem vencimento	-	-	784	767
Total		1.984	1.889	259.977	234.231

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Conglomerado Financeiro Mercedes-Benz, através do Banco, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades de sua operação, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* de fluxo de caixa. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: (a) Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de títulos ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados; (b) Desvalorização, redução de rendimentos e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; (c) Reestruturação de instrumentos financeiros; ou (d) Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

Os contratos de *swaps* registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de riscos, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

a. Composição da carteira de derivativos

Hedge de fluxo de caixa

Para proteger os fluxos de caixa futuros contra a exposição ao risco de variações na taxa de juros variável (CDI), o Banco adquiriu contrato de *swap* no mercado de balcão, registrado na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

	Local de negociação	2024				2023			
		Valor de referência	Valor contratual	Valor justo	Ajuste ao valor justo	Valor de referência	Valor contratual	Valor justo	Ajuste ao valor justo
Swap									
Posição Ativa - DI		3.548.994	4.011.182	4.011.613	431	5.743.100	6.356.471	6.358.151	1.680
Posição Passiva - Pré	Balcão - Instituições financeiras	(3.548.994)	(3.979.300)	(3.862.461)	116.839	(5.743.100)	(6.312.618)	(6.387.153)	(74.535)
Diferencial a receber/a pagar		-	31.882	149.152	117.270	-	43.853	(29.002)	(72.855)

	2024		2023	
	Até 90	91 a 180	181 a 360	Acima de 360
Vencimento em dias	118.994	91 a 180	181 a 360	Acima de 360
Swap - Valor de referência	-	330.000	2.491.400	608.600
Total	118.994	330.000	2.491.400	608.600

	2024		2023	
	Valor de referência	Parcela efetiva acumulada - MTM - PL	Valor de referência	Parcela efetiva acumulada - MTM - PL
Swap - DI x Pré	3.548.994	117.270	5.743.100	(72.855)
Depósitos interfinanceiros	200.000	-	240.000	-
Depósitos a prazo	1.033.500	-	2.376.600	-
Letras financeiras - Pós	2.315.494	-	3.126.500	-

	2024		2023	
	Valor de referência	Parcela efetiva acumulada - MTM - PL	Valor de referência	Parcela efetiva acumulada - MTM - PL
Item objeto de <i>hedge</i>	3.548.994	117.270	5.743.100	(72.855)
Não houve parcela inefetiva (ganhos/perdas) relativos ao <i>hedge</i> contábil de fluxo de caixa registrados em contas de resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.	-	-	-	-

b. Desembolsos futuros dos objetos de *hedge*

	2024		2023	
	Até 90	91 a 180	181 a 360	Acima de 360
Vencimento em dias	118.994	330.000	2.491.400	608.600
Depósitos interfinanceiros	-	-	200.000	-
Depósitos a prazo	-	330.000	703.500	-
Letras financeiras	118.994	-	1.587.900	608.600
Total	118.994	330.000	2.491.400	608.600

	2024		2023	
	Depósitos interfinanceiros	Depósitos a prazo	Letras financeiras	Total
Depósitos interfinanceiros	-	-	40.000	200.000
Depósitos a prazo	155.000	285.000	828.100	1.108.500
Letras financeiras	608.700	-	345.700	2.172.100
Total	763.700	285.000	1.213.800	3.480.600

14. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

a. Composição da carteira

	2024		2023	
	Operações de crédito	Operações de arrendamento	Operações de crédito	Operações de arrendamento
Operações de crédito	19.581.043	19.276.663	19.581.043	19.276.663
Operações de arrendamento	-	-	-	-
(-) Provisão para perda esperada	(475.696)	(575.389)	(474.769)	(573.630)
Operações de arrendamento	(927)	(1.759)	(927)	(1.759)
Total de ativos financeiros ao custo amortizado	19.105.347	18.701.274	19.105.347	18.701.274

b. Composição da carteira por indexadores

	2024		2023	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Prefixado	15.729.452	80,33%	15.344.224	79,60%
Pós-fixado	3.851.591	19,67%	3.932.439	20,40%
Total	19.581.043	100%	19.276.663	100%

c. Reconciliação da carteira bruta segregadas por estágios:

	2024				2023			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Sem atraso	14.179.056	3.814.025	141.636	18.134.717	14.179.056	3.814.025	141.636	18.134.717
Atraso até 30 dias	441.227	107.680	162.289	711.196	441.227	107.680	162.289	711.196
Atraso de 31 a 60 dias	-	252.871	15.518	268.389	-	252.871	15.518	268.389
Atraso de 61 a 90 dias	-	99.022	47.684	146.706	-	99.022	47.684	146.706
Atraso de 91 a 180 dias	-	-	116.263	116.263	-	-	116.263	116.263
Atraso superior a 180 dias	-	-	203.772	203.772	-	-	203.772	203.772
Total de empréstimos e recebíveis	14.620.283	4.273.598	687.162	19.581.043	14.620.283	4.273.598	687.162	19.581.043

	2024		2023	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Prefixado	15.729.452	80,33%	15.344.224	79,60%
Pós-fixado	3.851.591	19,67%	3.932.439	20,40%
Total	19.581.043	100%	19.276.663	100%

d. Provisão para perda esperada

O quadro abaixo apresenta a movimentação da provisão para perdas com redução ao valor recuperável em empréstimos e recebíveis.

	2024		2023	
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	110.501	119.285	436.484	666.270
Adições/Reversões	(54.414)	92.575	-	60.855
Baixados para prejuízo	-	-	(151.736)	(151.736)
Transferência entre estágios	23.092	(20.023)	(3.069)	-
Estágio 1	36.073	(27.266)	(8.807)	-
Estágio 2	(10.904)	17.962	(7.058)	-
Estágio 3	(2.077)	(10.719)	12.79	

DAIMLER TRUCK FINANCIAL SERVICES BRASIL HOLDING S.A.

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

a. Composição de títulos e dívidas emitidos

Instrumento	Contraparte	Valor da operação		Custo atualizado	
		2024	2023	2024	2023
	Fundos	1.183.500	713.500	1.299.276	729.141
	Inst. Financeira Pós-fixado	1.458.600	2.413.000	1.755.728	2.738.601
	Fundos	689.700	-	705.105	-
Letras financeiras	Inst. Financeira Prefixado	450.300	150.000	485.587	184.730
Total títulos de dívidas emitidos		3.782.100	3.276.500	4.245.696	3.652.472

b. Composição de títulos e dívidas emitidos por faixas de vencimentos

	2024			
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras financeiras	129.927	2.282.887	1.832.882	4.245.696
Total	129.927	2.282.887	1.832.882	4.245.696

	2023			
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras financeiras	771.936	184.730	2.695.806	3.652.472
Total	771.936	184.730	2.695.806	3.652.472

22. PROVISÕES

a. Composição das provisões

O Conglomerado Financeiro Mercedes-Benz, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência passada referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Individuais			
	2024	2023	2024	2023
	Provisões	Depósitos	Provisões	Depósitos
Fiscais - Federais	1.847	5.341	1.788	5.280
Total de provisões de contingências	1.847	5.341	1.788	5.280

	Consolidadas			
	2024	2023	2024	2023
	Provisões	Depósitos	Provisões	Depósitos
Trabalhistas ¹	43.347	757	41.505	1.042
Cíveis ²	36.752	1.555	29.030	1.793
Fiscais - Federais ³	217.067	220.561	206.489	209.981
Fiscais - Municipais	4.623	235	8.148	211
Total de provisões de contingências	301.789	223.108	285.172	213.027

¹ Referem-se a ações judiciais de caráter indenizatório por dano material e/ou moral e revisórias a questionamentos dos clientes nas cláusulas contratuais das operações de crédito e multas e IPVA não pagos.

² Referem-se à provisão para processos movidos, em sua grande maioria, por empregados, cuja natureza das reclamações envolve substancialmente indenizações, horas extras, adicional de função, equiparação salarial bem como seus reflexos.

³ Referem-se, a provisão com: a) PIS sobre as receitas não decorrentes da prestação de serviços, b) COFINS sobre as receitas não decorrentes da prestação de serviços.

b. Movimentação das provisões

	Individuais				
	2024		2023		Saldo final
	Saldo inicial	Atualização	Consti-tuição	Reversão	
Fiscais - Federais	1.788	59	-	-	-
Total	1.788	59	-	-	-

	Consolidado				
	2024		2023		Saldo final
	Saldo inicial	Atualização	Consti-tuição	Reversão	
Fiscais - Federais	1.377	298	113	-	-
Total	1.377	298	113	-	-

	Consolidado				
	2024		2023		Saldo final
	Saldo inicial	Atualização	Consti-tuição	Reversão	
Trabalhistas	41.505	3.590	18.061	(14.023)	(5.786)
Cíveis	29.030	2.585	10.147	(2.283)	(2.727)
Fiscais - Federais	206.489	10.578	-	-	-
Fiscais - Municipais	8.148	937	-	(4.462)	-
Total	285.172	17.690	28.208	(20.768)	(8.513)

	2023				
	Saldo inicial	Atualização	Consti-tuição	Reversão	Realização
Trabalhistas	49.440	4.625	3.077	(10.526)	(5.111)
Cíveis	28.422	2.778	1.988	(1.472)	(2.686)
Fiscais - Federais	193.371	13.059	113	(54)	-
Fiscais - Municipais	13.063	1.802	-	(6.533)	(184)
Total	284.296	22.264	5.178	(18.585)	(7.981)

c. Contingências ativas e passivas não provisionadas

As contingências passivas relevantes avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de riscos possíveis, não reconhecidas contabilmente estão apresentadas abaixo:

	Individuais		Consolidadas	
	2024	2023	2024	2023
Cíveis	-	-	1.006	1.010
Litígios fiscais e tributários ^{1,2}	37.274	35.500	56.658	54.277
Trabalhistas	-	-	-	101
Total	37.274	35.500	57.664	55.388

¹ Execução Fiscal movida pela União Federal (0513274-38.1997.4.03.6182, a qual está ligada ao processo 0033236-88.1999.403.6100) onde é questionado o recolhimento da CSLL do ano base de 1991, efetuado integralmente pela Companhia. A Procuradoria da Fazenda entende que o valor atinente a uma das parcelas estaria em aberto. O êxito da demanda depende, sobretudo, da comprovação pericial de que todos os valores foram recolhidos. O valor possível de perda atualizado é de aproximadamente R\$ 16.247 (R\$ 15.499 em 2023), sendo que parte do valor mencionado está garantido por depósito judicial.

² O processo administrativo 10880.020816-96/14 refere-se ao questionamento pela União Federal das compensações efetuadas pela Companhia, sobre os valores devidos de PIS e COFINS entre dezembro/2001 e fevereiro/2004, com os créditos tributários gerados pelo recolhimento do PIS nos termos dos decretos nº 2445 e 2449, sendo esse recolhimento declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. O êxito da demanda depende, sobretudo, da homologação dos créditos tributários gerados. O valor máximo possível de perda atualizado é de aproximadamente R\$ 21.027 (R\$ 20.001 em 2023).

23. OUTROS PASSIVOS

	Individuais		Consolidadas	
	2024	2023	2024	2023
Receitas diferidas ¹	-	-	142.415	99.040
Valores residuais a balancear	-	-	72.190	-
Pagamentos a processar - Imobilizado em andamento ²	-	-	72.005	-
Provisão para despesas de pessoal	-	-	49.557	49.053
Outras despesas administrativas	1.442	1.468	21.326	19.517
Aquisição de recebíveis a pagar - AoR	-	-	9.616	24.363
Cobrança de operações de créditos a processar	-	-	52.628	-
Seguros a processar	-	-	6.422	6.396
Outros passivos	218	218	7.993	24.686
Total	1.660	1.686	434.152	223.055

¹ Composto por subsídios recebidos da Mercedes-Benz do Brasil Ltda. referentes a "contrato de equalização de taxas de juros" das operações de repasses do BNDES Finame PSI e por campanhas de estímulo e incremento das vendas de veículos de fabricação da montadora por valores considerados suficientes para remunerar adequadamente as operações efetuadas pelo Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., no montante de R\$ 142.415 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 99.040 em 2023) que são apropriados ao resultado pelo prazo contratual.

² Aquisição de veículos pela empresa Rental em 2024 a serem recebidos em 2025.

24. ATIVOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a. Conciliação da despesa total de impostos

A conciliação entre a despesa de imposto e o lucro contábil apurado pela alíquota de imposto para o exercício findo em 31 de dezembro é a seguinte:

	Individuais		Consolidadas	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	172.735	157.648	286.781	263.746
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% respectivamente	-	-	(102.332)	(97.162)
Contribuição social a alíquota 5%	-	-	(10.133)	(11.192)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9% respectivamente	(58.730)	(53.600)	(10.489)	(9.298)
Encargo total de imposto de renda e contribuição social	(58.730)	(53.600)	(122.954)	(117.652)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Adições temporárias e definitivas	(26)	(145)	(288.503)	(240.869)
Exclusões temporárias e definitivas	58.698	53.107	213.292	200.691
Superveniência/insuficiência de depreciação PAT, vale cultura e adicional do imposto de renda	18	24	187	172
Compensação/constituição de prejuízo fiscal e base negativa	-	-	1.088	101
Efeito registro contábil do incentivo fiscal da LEI DO BEM	-	-	6.513	3.249
Efeito da não tributação da reversão de provisão - Presumido	-	-	313	-
Efeito da não tributação da receita de comissão - Presumido	-	-	9.699	10.063
Efeito da não tributação do total de despesas - Presumido	-	-	(6.374)	(7.641)
Ajuste provisão anos anteriores	-	11	-	419
Imposto de renda e contribuição social corrente do exercício	(40)	(603)	(184.934)	(150.395)
Exclusões temporárias	(552)	140	72.517	44.485
Superveniência/insuficiência de depreciação Prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social	-	-	(416)	421
Imposto de renda e contribuição social diferido do exercício	(552)	140	70.296	43.834
Imposto de renda e contribuição social total do exercício	(592)	(463)	(114.638)	(106.561)
Lucro líquido do exercício	172.143	157.185	172.143	157.185

b. Composição de impostos e contribuições a compensar

	Individuais		Consolidadas	
	2024	2023	2024	2023
Antecipações de impostos e contribuições a compensar	13	618	53.897	46.309
Impostos e contribuições a restituir de exercícios anteriores	-	-	10.621	10.652
Impostos e contribuições a compensar de exercícios anteriores	1.240	429	9.456	5.533
Imposto de renda retido na fonte	27	700	2.530	3.812
Total	1.280	1.747	76.504	66.306

c. Composição de obrigações com impostos e contribuições

	Individuais		Consolidadas	
	2024	2023	2024	2023
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	42	617	186.876	148.727
Impostos e contribuições a recolher sobre salários	-	-	2.594	3.189
Impostos e contribuições a recolher sobre serviços de terceiros	-	-	158	255
Outros impostos e contribuições a recolher	-	-	4.968	4.231
Total	42	617	194.596	156.402

d. Origem e natureza dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Individuais			
	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para ações judiciais fiscais	462	166	447	161
Outras diferenças temporárias	332	120	752	271
Total	794	286	1.199	432

	Consolidadas			
	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para perdas com redução ao valor recuperável	260.553	208.059	211.981	169.018
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para a venda	9.265	7.412	23.006	18.405
Provisão para ações judiciais fiscais	27.049	20.719	27.915	21.243
Provisão para ações judiciais cíveis	9.188	6.276	7.257	4.913
Provisões para ações judiciais trabalhistas	10.289	8.225	9.825	7.860
Prejuízo fiscal/Base negativa MTM - Patrimônio líquido	541	6.551	682	7.140
Outras diferenças temporárias	-	-	18.214	14.571
Total	371.033	298.663	349.420	283.078

e. Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Individuais			
	2024		2023	
	2022	Constituição	Realização	2023
Provisão para ações judiciais fiscais	608	20	-	628
Outras diferenças temporárias	1.023	3	(574)	452
Total	1.631	23	(574)	1.080

	Consolidadas			
	2024		2023	
	2022	Constituição	Realização	2023
Provisão para ações judiciais fiscais	468	140	-	608
Outras diferenças temporárias	1.023	3	(3)	1.023
Total	1.491	143	(3)	1.631

	Consolidadas			
	2023		2024	
	2022	Constituição	Realização	2024
Provisão para perdas com redução ao valor recuperável	380.999	165.684	(78.071)	468.612
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para a venda	41.411	37.070	(61.804)	16.677
Provisão para ações judiciais fiscais	49.158	20	(1.410)	47.768
Provisão para ações judiciais cíveis	12.170	3.934	(640)	15.464
Provisões para ações judiciais trabalhistas	17.685	916	(87)	18.514
Prejuízo fiscal/Base negativa MTM - Patrimônio líquido	7.822	-	(730)	7.092
Outras diferenças temporárias	32.785	-	(32.785)	-
Total	632.498	275.261	(238.063)	669.696

	Consolidadas			
	2022		2023	
	2022	Constituição	Realização	2023
Provisão para perdas com redução ao valor recuperável	381.852	87.744	(88.597)	380.999
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para a venda	18.067	82.244	(58.900)	41.411
Provisão para ações judiciais fiscais	50.984	141	(1.967)	49.158
Provisão para ações judiciais cíveis	11.960	1.040	(830)	12.170
Provisões para ações judiciais trabalhistas	21.211	-	(3.526)	17.685
Prejuízo fiscal/Base negativa MTM - Patrimônio líquido	7.401	927	(506)	

DAIMLER TRUCK FINANCIAL SERVICES BRASIL HOLDING S.A.

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Consolidadas	
	2024	2023
Exposição	4.109.470	3.882.316
% sobre a carteira total	21,51%	20,76%

Execução de bens em garantias

O Departamento Jurídico do Banco é a área responsável pela abertura e administração da ação de busca e apreensão dos bens atrelados às operações de crédito em atraso, acionando legalmente os inadimplentes para liquidação dos valores devidos através da retomada e venda dos bens, em leilão público ou venda direta para a rede de concessionários e compradores. Durante o exercício de 2024 os bens retomados pelo Conglomerado atingiram o montante de R\$ 157.908 (2023 - R\$ 386.263). O quadro a seguir apresenta o valor contábil dos ativos financeiros cujos termos foram renegociados.

	Consolidadas	
	2024	2023
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	549.911	148.961
Total	549.911	148.961

b. Risco de liquidez

Configura-se pela possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O processo de gerenciamento do risco de liquidez contempla o acompanhamento da composição dos recursos disponíveis, o cumprimento do nível mínimo de liquidez e do plano de contingência para situações de estresse. Este processo visa utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

Relatórios gerenciais e regulatórios

A DTFS Brasil adotou sistemas, metodologias e modelos baseados nas melhores práticas de mercado.

Informações com a situação de exposição ao risco de liquidez e indicação de limites operacionais são geradas e analisadas pela área de gerenciamento de riscos, que os mantém em arquivo para referência futura.

Os procedimentos para execução e distribuição dos relatórios estão claramente documentados através de políticas e procedimentos disponíveis a todos os níveis da DTFS Brasil.

Relatório diário de fluxo de caixa

Este relatório tem por objetivo a mensuração da evolução do saldo de liquidez no próximo período de 90 dias. O relatório é composto da expectativa de entradas e saídas de caixa para o período, indicando em quais momentos do período há iminente risco de flutuação de liquidez abaixo do nível de segurança estipulado.

As variações dos valores projetados são acompanhadas diariamente pela Tesouraria e monitorados pela área de Riscos, mensalmente através de testes de aderência do fluxo projetado anteriormente e diariamente, através de recebimento do e-mail da tesouraria com a movimentação realizada.

Todas as ocorrências de liquidez abaixo do nível de segurança são informadas ao comitê na reunião seguinte ao fato.

Plano de contingências de liquidez

O Banco deverá recorrer a seu plano de contingência caso venha a enfrentar algum tipo de problema de liquidez inesperado junto ao mercado financeiro brasileiro.

Depois de utilizadas todas as linhas de captação interbancárias disponíveis, o Banco deverá iniciar o processo de emissão Certificados de Depósitos Bancários ou Letras Financeiras a contrapartes já aprovadas pela Matriz tais como: *Assets*, Fundos de Pensão ou outros tipos de investidores qualificados, incluindo a Mercedes-Benz do Brasil Ltda.

Assim que o plano de contingência de liquidez for acionado, a Diretoria deverá se reunir para decidir sobre a continuidade de realização de novas operações de financiamento. Enquanto isso, o Banco não deverá conceder nenhum novo empréstimo sem a aprovação do CFO ou preposto da diretoria financeira até que o nível de segurança estipulado retorne ao mínimo recomendado.

Caberá então à diretoria da empresa verificar se as condições de mercado exigirão ações adicionais como solicitação de aporte de capital ou solicitação de empréstimos junto à matriz ou empresa controladora no Brasil.

O plano de contingências será acionado somente após a decisão em ata do Comitê de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos (ICRC).

Back-Testing

O objetivo do *Back-Testing* (testes de aderência) é testar a validade e robustez do modelo utilizado para estimar o risco de liquidez. Os testes visam rever procedimentos e limites para a adequação de fluxo de caixa, de acordo com os resultados obtidos.

Os testes de aderência são realizados mensalmente através da comparação da movimentação realizada nos últimos 30 dias (mês anterior) em relação à movimentação projetada para o mesmo período.

Papéis e responsabilidades

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez possui uma estrutura compatível com a natureza de suas operações e tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos.

O risco de liquidez será tratado como pauta durante o Comitê de Controles Internos e Gerenciamento de Risco (ICRC).

O Comitê de Controles Internos e Gerenciamento de Risco ocorre trimestralmente, pois todos os meses realizam-se reuniões em que são discutidos pontos relevantes relacionados a gerenciamento de risco e controles internos. Como também, reportes mensais são passados/enviados a todos os membros da Diretoria e gestão do Banco, onde fornecemos as principais variações e indicadores do nosso negócio. O comitê ICRC é composto pelos seguintes membros votantes:

- Diretor Presidente (CEO)
- Diretor Financeiro (CFO / CRO)
- Diretor de Operações
- Diretor de Crédito
- Diretor Comercial

O objetivo do comitê é o monitoramento contínuo da efetividade das atividades de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Integrados, bem como deliberação de ações/estratégias visando assegurar a adequada execução das mesmas. Entre as atribuições do Comitê, destacam-se:

- Acompanhar os resultados das atividades de Controles Internos e Gerenciamento de Risco Integrado do BMB, visando o aprimoramento do ambiente de controles e a mitigação dos riscos identificados;
- Definir prazos e planos de ação para mitigação de riscos de acordo com a classificação da exposição final;
- Zelar pela qualidade dos sistemas de controles internos e do gerenciamento de risco integrado da empresa, mantendo uma forte cultura de controle nas atividades regulares da organização.

Limites operacionais

Os limites operacionais são aprovados em Comitê e são periodicamente revistos pela área de Gerenciamento de Riscos. Estes limites têm por finalidade permitir à Tesouraria uma atuação transparente, independente e contínua, sendo esta monitorada pela área de Gerenciamento de Riscos.

Diretrizes organizacionais

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez está alinhada com as diretrizes do Grupo Daimler Truck com o Conselho Monetário Nacional e as regulamentações do Banco Central do Brasil.

O quadro a seguir mostra os passivos financeiros agrupados com base no período remanescente na data do balanço até a data de vencimento contratual.

	Consolidadas			Total
	Até 90 dias	Entre 91 e 360 dias	Acima de 360 dias	
Depósitos	1.880.976	2.188.539	1.770.526	5.840.041
Títulos de dívidas emitidos	129.927	2.282.887	1.832.882	4.245.696
Obrigações por empréstimos e repasses	646.192	1.875.463	4.534.788	7.056.443
Total	2.657.095	6.346.889	8.138.196	17.142.180

	2023			Total
	Até 90 dias	Entre 91 e 360 dias	Acima de 360 dias	
Depósitos	2.239.035	2.005.298	3.106.781	7.351.114
Títulos de dívidas emitidos	771.936	184.730	2.695.806	3.652.472
Obrigações por empréstimos e repasses	518.527	1.550.245	4.303.145	6.371.917
Instrumentos financeiros derivativos	582	23.868	20.399	44.849
Total	3.530.080	3.764.141	10.126.131	17.420.352

c. Risco de mercado e IRRBB

Configura-se pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities) detidas por instituição financeira. Conforme a estratégia estipulada, o banco não possui e não tem a intenção de possuir instrumentos voltados a arbitragem. Portanto, a exposição ao risco de mercado é esperada que seja nula e com baixíssima relevância.

O IRRBB (*"Interest Rate Risk on Banking Book"*) é tratado concomitante ao risco de mercado. Define-se como: o risco, atual ou prospectivo, do impacto de choques adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Dado, que todas as operações de crédito, como as de suporte, do banco são voltadas a carteira banking, o IRRBB é um risco considerado relevante para banco e é tratado de forma extensiva.

Papéis e responsabilidades

O Banco busca gerenciar a exposição ao risco de mercado abrangendo os principais aspectos que afetam o desempenho de seus ativos financeiros. O risco de mercado e IRRBB será tratado como pauta durante o Comitê de Controles Internos e Gerenciamento de Risco (ICRC).

O Comitê de Controles Internos e Gerenciamento de Risco ocorre trimestralmente, pois todos os meses realizam-se reuniões em que são discutidos pontos relevantes relacionados a gerenciamento de risco e controles internos. Como também, reportes mensais são passados/enviados a todos os membros da Diretoria e gestão do Banco, onde fornecemos as principais variações e indicadores do nosso negócio.

A estrutura de Gerenciamento de Riscos de Mercado e IRRBB está alinhada com as diretrizes do Grupo Daimler Truck, com o Conselho Monetário Nacional e as regulamentações do Banco Central do Brasil.

Modelos para medição, monitoramento e controle de exposição

O Banco Mercedes Benz e a Mercedes Benz Leasing adotaram sistemas, metodologias e modelos baseados nas melhores práticas de mercado, que são testados periodicamente quanto à sua eficácia na identificação de exposição ao risco de mercado. Relatórios com situação de exposição ao risco de mercado e indicação de limites operacionais a serem observados são diariamente gerados e analisados pela área de gerenciamento de riscos.

Os procedimentos para medição, monitoramento e controle de exposição e reporte está claramente documentado através de política e procedimento e encontram-se disponíveis a todos os níveis da DTFS Brasil para consulta através do sistema interno de divulgação de políticas.

Risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

A metodologia utilizada para o acompanhamento contínuo utilizada pelo Banco é o delta EVE e delta Nil.

(em milhares de reais)	2024		
	Cenário-base	Cenário de Estresse	
		I	II
EVE - Economic Value of Equity	2.853.369	41.848	(41.798)
Nil - Net Interest Income	470.011	(78.016)	77.752

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o impacto isolado da mudança de cada fator de risco ao resultado e é uma ferramenta complementar às demais análises do Banco. O Banco, de forma consolidada, adota a análise de sensibilidade para sua única carteira, *Banking*, e aos seus principais fatores de risco: Prefixado e Cupom de Inflação. O quadro a seguir demonstra a análise realizada para a data-base de fechamento do dia 31 de dezembro de 2024 para a carteira *banking*.

(em milhares de reais)	2024		
	I	II	III
Prefixado	41.841	52.197	62.490
Cupom de inflação	6	7	9
Total	41.847	52.204	62.499

Limites operacionais

Os limites operacionais são aprovados em comitê e são periodicamente revistos pela área de Gerenciamento de Riscos. Testes regulares de estresse de carteira são realizados com o objetivo de estimar o impacto gerado por eventuais volatilidades do sistema financeiro. Estes limites têm por finalidade permitir à Tesouraria uma atuação transparente, independente e contínua, sendo esta monitorada diariamente pela área de Gerenciamento de Riscos.

Relatórios gerenciais regulatórios

Os dados gerados para adequada medição, monitoramento e controle de exposição ao risco de mercado são usados na geração de relatórios gerenciais e regulatórios, e arquivados para referência futura.

Os procedimentos para execução e distribuição dos relatórios estão claramente documentados e disponíveis a todos os níveis da DTFS Brasil.

d. Risco operacional

A definição de risco operacional adotada pelo Conglomerado é a seguinte: "Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal, mas exclui o risco estratégico, de imagem e o de reputação."

Em conjunto com esta definição, o Conglomerado utiliza as seguintes categorias para classificação dos riscos operacionais:

- Fraudes internas;
- Fraudes externas;
- Relações Trabalhistas;

- Processos;
- Danos a Ativos;
- Práticas Comerciais;
- Interrupção de Negócios/Falhas em Sistemas;
- Legal.

Estrutura organizacional e metodologia

Na estrutura organizacional atual, as atividades de gerenciamento de risco operacional estão sob responsabilidade da área de Compliance & Governance, subordinada à Gerência de Legal, e com linha de reporte para o *"Internal Controls & Risk Committee"*. Conforme responsabilidades descritas na RAS, um diretor é o indicado como o responsável por assuntos relacionados ao Gerenciamento Integrado de Riscos, assumindo o papel de CRO.

As áreas de negócio, através de seus Gestores, executam constantemente as atividades relativas a Gerenciamento do Risco Operacional. A governança destes temas é efetuada pelo departamento de Compliance & Governance, com a supervisão do *"Internal Controls & Risk Committee"*, que é responsável pela aprovação da política, dos procedimentos, da estrutura e da metodologia a ser utilizada.

A seguir encontra o detalhamento das atribuições e responsabilidades dos envolvidos no processo.

- Internal Controls & Risk Committee

O Conglomerado constituiu, dentro de sua estrutura de gerenciamento integrado de riscos, um comitê específico para tratar deste tema, conforme descrito na Declaração de Apetite de Riscos (RAS). Os assuntos relacionados a Risco Operacional serão discutidos mediante inclusão destes tópicos na pauta do comitê.

- Compliance & Governance

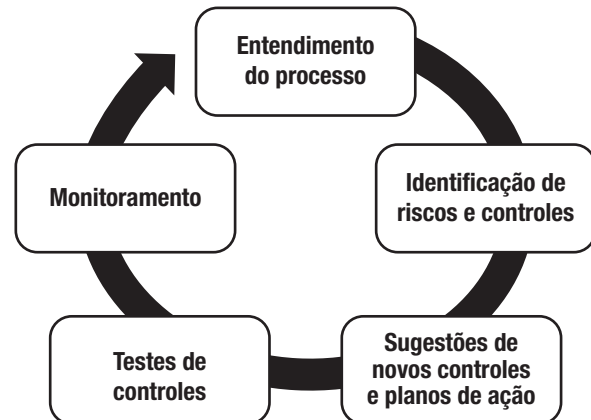
Sua principal função é suprir a Alta Administração com informações gerenciais que possibilitem a adequada gestão dos riscos da empresa, criando um ambiente de transparência em relação aos níveis de exposição relacionados aos riscos identificados. Os processos de gerenciamento de risco operacional, especificados pela área de Compliance & Governance, serão localmente aplicados pelos gestores.

- Gestores das áreas de negócios

Na estrutura definida pelo BMB para realizar a Gestão do Risco Operacional, os Gestores se enquadram como principais responsáveis por administrar permanentemente o risco operacional em seus processos.

Visando maior abrangência e maior proximidade das atividades operacionais, parte da responsabilidade dos gestores poderá ser delegada a um representante de Risco Operacional de seu departamento.

A metodologia de avaliação qualitativa do risco operacional do Conglomerado é composta por cinco etapas:



Entendimento do processo

Esta etapa engloba, o entendimento dos processos de gestão, de negócios e de suporte do BMB, identificando qual gestor é o dono do processo e a quem cabe à responsabilidade pelos devidos controles, ou seja, o responsável pelos riscos e controles identificados no processo.

Identificação de riscos e controles

Após entendido o processo, a segunda fase busca a identificação de possíveis problemas e deficiências, ou seja, o entendimento sobre "o que pode dar errado" dentro do processo analisado. A análise de riscos envolve identificar as fontes de risco, seu impacto e a vulnerabilidade associada à sua ocorrência.

Sugestões de novos controles e planos de ação

Nesta etapa são elaborados os planos de ação como resposta ao risco para todos os controles que, na etapa de avaliação, foram classificados com grau de confiança insuficiente.

Testes de controles

Esta fase integra as áreas de Riscos e Controles Internos, sendo a última responsável pela condução de testes periódicos junto às áreas de negócios.

Monitoramento

Esta fase consiste na realização de atividades periódicas de acompanhamento e comunicação dos níveis de risco assumidos por todas as áreas do Conglomerado, aos participantes das atividades de gerenciamento de riscos operacionais. Trata-se de um processo contínuo e comum a cada uma das etapas anteriores.

29. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital tem por objetivo estabelecer diretrizes que permitam a gestão eficaz do capital do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz, de forma a mantê-lo compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos, com a dimensão de sua exposição a riscos e cumprimento dos requerimentos do órgão regulador. O processo de gerenciamento de capital é realizado de forma a viabilizar os objetivos estratégicos do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz, garantindo uma postura prospectiva que antecipe eventual necessidade de capital decorrente de mudanças no cenário de negócios.

30. AUDITORIA INDEPENDENTE

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., instituição líder do Conglomerado Mercedes-Benz é único para as empresas do Conglomerado, sendo constituído nos termos da Resolução CMN nº 4.910/2021.

É constituído pelo Diretor Presidente do Banco e por dois membros independentes, e é responsável pela supervisão (i) dos processos de controles internos e de gerenciamento de riscos; (ii) das atividades da Auditoria Interna e (iii) das atividades das empresas de auditoria independente, avaliando a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras, o cumprimento das exigências legais e regulamentares aplicáveis e a efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, bem como o cumprimento das recomendações feitas por essas.

As informações relacionadas aos honorários dos nossos auditores independentes são disponibilizadas nas Demonstrações Financeiras anuais da controladora Daimler Truck Holding A.G.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações para as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

DIRETORIA

LEONARDO LUIZ PICCININI
Diretor Presidente

TATIANA YOKAYAMA E SILVA
Diretora

MARCELLO LARUSSA
Diretor

VIVIANE JACOB
Diretora

RAQUEL ASSIS
Diretora

LUCIANO FRANCISCO ORAGGIO
CRC 1SP 241853/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas e Diretores da
Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A.
São Paulo - SP
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações

financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos,

bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.